

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AgInt no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.314.574 - RS (2010/0100993-8)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : CARLOS AUGUSTO BRENNER CEIA RAMOS**  
**ADVOGADO : KATIA MANDELLI BAUER E OUTRO(S) - RS021560B**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado pela União contra decisão da minha lavra (e-STJ, fls. 303-304), em que reconsiderarei decisão anterior (e-STJ, fl. 299), a fim de determinar "a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão combatida coincidir com a orientação emanada por este Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão impugnado divergir da decisão sobre o tema objeto da afetação".

Aduz a agravante que, "nos termos do inciso II do artigo 1.040, o órgão que proferiu o acórdão recorrido foi o STJ. O acórdão recorrido foi aquele julgado pelo STJ e que foi objeto do recurso extraordinário para o STF. Nesse sentido caberá ao STJ (e não ao TRF) promover a adequação, se for o caso, do que ficar decidido pelo STF" (e-STJ, fl. 309).

Sem contraminuta.

É o relatório.

Assiste razão à irresignação da parte agravante. Explico.

De fato, no presente processo, o STJ já julgou o recurso especial (conforme e-STJ, fls. 119-122, 132-137 e 171-176), tendo sido o recurso extraordinário interposto contra o julgamento desta Corte Superior.

Assim, eventual juízo de adequação, com base no art. 1.040, II, do CPC/2015, deverá ser realizado pelo órgão prolator do acórdão recorrido (no caso, o Superior Tribunal de Justiça), e não pelo TJ ou TRF.

Ante o exposto, reconsidero a minha decisão de e-STJ, fls. 303-304. Desse modo, deve prevalecer a decisão de e-STJ, fl. 299, mantendo-se o sobrestamento do recurso especial até a publicação do julgamento dos aclaratórios pelo STF no RE 638.115/CE, os quais, a propósito, estavam pautados para o dia 25/9/2019, segundo informações do *site* do STF.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator